

REPRESENTAÇÕES PORTUGUESAS E BRASILEIRAS DA IDENTIDADE NACIONAL PORTUGUESA NO SÉCULO XX¹

Este texto debruça-se sobre interpretações raciais e não-raciais da identidade nacional portuguesa no século XX, conferindo relevo às que virão a ser adoptadas pelo nacionalismo oficial do Estado português e propondo uma explicação para o facto de uma delas nunca o ter sido. Como se irá ver, a sua importância irá alternar de acordo com as conjunturas nacional e internacional. Conjunturas políticas, mas também ideológicas, pois estão relacionadas com a prevalência de determinados discursos ou saberes científicos sobre o género humano, que informam as interpretações analisadas. Num primeiro momento, que vai dos finais do século XIX aos anos 40 do século XX, prevalecerão explicações raciais (e racistas) da identidade nacional. Num segundo, a partir de meados da década de 30 do século XX, assistir-se-á à difusão crescente da crítica a essas explicações. Nos anos cinquenta, inicia-se o desaparecimento do factor raça das narrativas da identidade, substituído por representações de identidade de tipo histórico-cultural que enfatizam a unidade pluricontinental da nação portuguesa.

Concentrámo-nos na leitura da obra de quatro intelectuais, portugueses e brasileiros, que

JOSÉ MANUEL SOBRAL*

RESUMO

O artigo analisa as interpretações raciais e não-raciais da identidade nacional portuguesa no século XX, considerando suas intercessões com o nacionalismo oficial do estado. O artigo é baseado na obra de quatro intelectuais, portugueses e brasileiros, que exerceram grande influência sobre as representações da identidade nacional portuguesa: Mendes Correia, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Jorge Dias. A reflexão sobre as obras pôs em evidência relações, afinidades e confrontos entre os textos e os seus autores, revelando não só modificações operadas no campo intelectual, mas também evoluções na definição do nacionalismo oficial. A construção da análise levou em conta não só os contextos de produção das obras, mas também suas formas peculiares de recepção.

Palavras-chave: identidade nacional portuguesa, nacionalismo, raça.

ABSTRACT

The article evaluates racial and non-racial interpretations related to Portuguese national identity in the twenty century, considering their intersections with official state nationalism. The article is based on the work of four intellectuals, both Portuguese and Brazilian, who exerted a major influence on representations about Portuguese national identity: Mendes Correia, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda and Jorge Dias. Investigations about these works highlight relations, affinities and confrontation between texts and their authors, revealing not only changes seen within the intellectual field, but also developments in the definition of official nationalism. The analysis buildup took into consideration not only the context for production of the works but also their distinctive forms of receptivity.

Keywords: portuguese national identity, nationalism, race.

* Antropólogo, Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Endereço: Avenida Professor Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa – Portugal; e-mail: jose.sobral@ics.ul.pt.

exerceram grande influência em representações da identidade nacional portuguesa: Mendes Correia, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Jorge Dias. As razões que nos levam a tratar de dois autores brasileiros devem-se ao facto de ambos inserirem a sua visão particular de Portugal e dos portugueses nas interpretações que produziram sobre o Brasil: os seus retratos dos colonizados estão ligados aos seus retratos do colonizador. Embora todos eles sejam influentes, a verdade é que o seu impacto foi muito diferenciado. A obra dos portugueses apenas teve importância no espaço nacional português: Mendes Correia é uma figura importante desde finais da segunda década do século XX até o período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando a grande referência começa a ser a do jovem Jorge Dias, que dominará a antropologia portuguesa a partir dos anos 1950 até à sua morte em 1973. Freyre foi não só uma figura cimeira no Brasil

desde os anos 30, e a partir de inícios da década de 50 também em Portugal, como se tornou uma figura cujo legado continua a ser objecto de reinterpretções e revalorizações. Sérgio Buarque de Holanda, autor de uma das mais influentes representações do Brasil e

grande historiador da sua sociedade, teve um impacto mais restringido ao seu país.

Neste ensaio, procuramos colocar em evidência relações, afinidades e confrontos entre os textos e os seus autores. Este exame revela não só modificações operadas no campo intelectual, como também evoluções na definição do nacionalismo oficial. Dado o carácter de síntese deste texto, não haverá aqui lugar para uma análise exaustiva das suas obras, nem para uma crítica detalhada das suas perspectivas. Iremos prestar atenção, sobretudo, à temática “racial”, bem como aos contextos de produção dos seus textos e ao modo como eles foram recebidos. O nosso objectivo e o carácter distinto da sua produção levaram-nos também a tratar diversamente os seus textos. Assim, abordaremos um maior número de escritos de quem foi mais prolífico – mesmo quando repetitivo – como Gilberto Freyre – também o mais importante no plano internacional – e só evocaremos a obra mais relevante, no referente a Portugal, de Sérgio Buarque de Holanda.

Mendes Correia: uma interpretação racista da identidade nacional

A raça é primeiro evocada em relação com a identidade nacional portuguesa nas últimas três décadas de Oitocentos (SOBRAL, 2004). Procurava-se então encontrar uma razão histórica para a existência de um colectivo cultural independente e explicar as suas características próprias, o chamado “carácter nacional”. O século XIX é dominado por uma visão do mundo nacionalista, que influencia disciplinas como a história e a arqueologia, debruçadas sobre as raízes e a antiguidade dos colectivos nacionais; a filologia, que tratava da língua; a etnografia, debruçada sobre os costumes e tradições e a antropologia (física). A raça, uma noção marcada pela polissemia, não era apenas usada para caracterizar as grandes variedades da espécie humana, como as construídas através de marcadores como a cor da pele. Também servia

como sinónimo de nação e era utilizada como factor explicativo das peculiaridades da sua história, das suas manifestações culturais ou do comportamento dos seus membros.

O primeiro dos autores que abordamos, o eclético médico e professor Mendes Correia, cultivou várias disciplinas, com destaque para a arqueologia e a antropologia (física). Está hoje muito esquecido – a excepção principal é representada pela obra de Matos (2006) –, um facto ligado indubitavelmente ao teor das suas posições no plano político e científico. Foi, no entanto, um homem com imenso poder no decurso do Estado Novo – e a sua principal figura em matéria de estudos coloniais até aos anos 50. Nascido em finais do século XIX, e educado num tempo de enorme influência do nacionalismo e das interpretações raciais da sociedade, Mendes Correia encontra nas raças explicações para as atitudes sociais e culturais, embora a influência do meio devesse também ser tida em consideração. Como afirmou numa obra da maturidade, “(...) Conceito essencialmente histórico-cultural (...) a raça, porém, não deixa de constituir uma realidade” (CORREIA, 1943: 10).

Entre as suas preocupações, reiteradas ao longo de quase meio século, encontram-se a origem dos portugueses e a sua individualidade étnica, a sua existência enquanto tipo antropológico particular e a questão colonial. Nos seus escritos está presente o imaginário da decadência do país, que tanto informa a produção intelectual portuguesa desde, pelo menos, as três últimas décadas do século XIX.

Mendes Correia vê os portugueses como parte dos povos da Ibéria, inseridos por sua vez nas populações mediterrânicas, insistindo nas suas afinidades com os habitantes do Norte de África (Berberes), como já fora proposto por Oliveira Martins. O autor é um dos principais defensores da tese da ligação entre Lusitanos e Portugueses, que, como se sabe, representa um reactivar do “mito étnico” da ascendência dos Portugueses, formulado pela primeira vez no século XV (CORREIA, 1919: 156; 1924: 375).

Contudo, se entendia haver uma raça mediterrânica – raça no sentido de haver um tipo antropológico definido por caracteres somáticos e correlativos traços psíquicos – em que se inseriam os portugueses, achava que estes se distinguiam no seu seio. Se eram o produto de diferentes povos que haviam cruzado a península ibérica, diferenciavam-se, em particular, pela menor percentagem de sangue negro. Escreve então: “Pelo que particularmente respeita ao povo português, conhecem-no mal os estrangeiros ignaros que o julgam um povo de mulatos, portador de todos os defeitos destes...” (CORREIA 1919: 155).

A ansiedade sentida pelo autor em relação à identificação dos portugueses devia-se à influência das interpretações raciais na explicação das diferenças entre as sociedades mais ou menos desenvolvidas. Vivia numa época em que

(...) Publicistas patriotas entre os latinos e os eslavos ressentiam-se da alegada superioridade dos Teutões e dos Anglo-Saxões, e ou apresentavam contra-alegações a favor das raças “Mediterrânea” ou “Alpina”, ou magnificavam o elemento ariano nas suas respectivas nações e apelavam ao seu fortalecimento. De qualquer modo podiam todos orgulhar-se de as suas nações pertencerem à raça “branca”, que era claramente superior aos negros de África, aos castanhos da Malásia e da Oceânia, e que tinha por conseguinte o dever de conquistar e governar estes seres inferiores no interesse do desenvolvimento da civilização. O racismo era uma espécie de vitamina no imperialismo nacional desta época (HAYES, 1963: 260-261).

Os povos ibéricos, com as suas afinidades com os povos do Norte de África, de cor e olhos mais escuros que os outros “brancos”, não só eram suspeitos de ter antepassados negros, como possuíam igualmente uma ascendência semita (dos Berberes, Árabes e Judeus) tida como inferior e de que a situação corrente de inferioridade económica e política das sociedades

vinculadas a essa suposta raça seria uma ilustração.

Um dos grandes defensores do arianismo no tempo de Correia foi Georges Vacher de Lapouge, o “fundador” da antropossociologia, que se apresentava como uma disciplina que via na raça um factor fundamental da explicação histórica. Ora, escrevendo no fim da Grande Guerra, em que alguns dos principais referentes do arianismo – os “germânicos” – haviam sido derrotados, Correia achava digna de preservar tal teoria, pois esta explicaria por que é que algumas nações eram mais adiantadas do que outras. Entendia, no entanto, que se devia corrigir a fórmula que hierarquizava, sob o ponto de vista social, os arianos (dolicocefalos, louros, de olhos azuis, Protestantes, o Homo Europeus de Lapouge), colocados numa posição superior, os braquicefalos [de cor clara, habitantes da Europa central], situados numa intermédia, e os mediterrânicos, que estariam numa inferior. Escreve então:

Indubitavelmente a hegemonia dos nórdicos é um facto da actualidade, que demonstra poderosas qualidades de raça. Mas nem os povos mediterrâneos são desprovidos inteiramente de aptidões e faculdades – di-lo a história – nem todos os nórdicos e braquicefalos os excedem em valor social (CORREIA, 1919: 155).

Note-se que, para Lapouge, o *Homo Mediterraneus* se caracterizava por ser pequeno, delgado, moreno, de cabeça alongada, e também menos criativo e moralmente inferior, covarde, instável, amigo da exibição e de cores brilhantes, sádico e católico (HAYES, 1963: 256).

Não se pense que Mendes Correia estaria apenas a responder aos estrangeiros a que alude, quando nega ser Portugal um país de “mulatos” e residir nessa condição a causa da decadência portuguesa. A questão da dita impureza racial – e concretamente da infecção, passe o termo, do sangue português pelo sangue semita e negro, situado no Sul do país – era

discutida também em Portugal. Foi representada de um modo radical pelo influente escritor republicano Basílio Teles, que a ligou a uma divisão entre o Norte e o Sul. De acordo com este último, a decadência portuguesa devia-se ao predomínio do Sul e duma Lisboa mercantil e semita sobre um Norte – e um Porto – composto por lavradores e guerreiros de ascendência ariana (SOBRAL, 2004). E posteriormente, entre outros, por Raul Brandão. Este escreveu que “(...) a nossa decadência começa com as conquistas, não por causa do ouro, mas por causa dos cruzamentos. O sangue preto alastra ao povo” (BRANDÃO, 1969: 566). Ambos portuenses, mais velhos do que Mendes Correia, estavam activos no tempo da sua formação e do início da sua actividade de publicista. Um seu contemporâneo, o professor da Faculdade de Medicina do Porto, antropólogo e etnógrafo, Joaquim Pires de Lima, reconhecia a mestiçagem presente na etnicidade portuguesa. Mas achava igualmente que “a mistura de sangue semita ou negro na população de Portugal, a cada passo é exagerada por cientistas estrangeiros com intuitos denegridores para nós” (LIMA, 1940: 22). Acrescentava também “(...) Com grande exagero tem sido Portugal acusado, sobretudo por Alemães, de albergar um povo inferior, de carácter acentuadamente negróide” (LIMA, 1940: 167). Está identificada uma proveniência da ansiedade relativamente à pureza racial. O alemão Hans Günther, um académico pouco prestigiado cientificamente, mas que foi no seu tempo um autor bem recebido nos círculos racistas, e que seria favorecido pelos nazistas, havia feito tal afirmação no seu *Rassekunde Europas* publicado em 1926².

Entretanto, a hostilidade à mestiçagem de Mendes Correia manifestar-se-ia em intervenções posteriores (MATOS, 2006), exacerbando-se, como o próprio reconheceu (CORREIA, 1940: 133) –, acompanhando porventura o próprio momento histórico de ascensão racista na Europa. Escrevia em 1924: “(...) O amor da Humanidade não implica o reconhecimento da igualdade psicológica e social

das raças, que seria uma monstruosa mentira” (CORREIA, 1924: 381). Em 1940, defendia uma posição pessimista face à mestiçagem. Era peremptório, em termos genéricos: “(...) não é legítimo proclamar a superioridade do mestiço sobre as raças mais ou menos puras que edificaram a nossa civilização” (CORREIA, 1940: 130). Além disso, a miscigenação punha em causa a continuidade do povo português, pois “essa continuidade depende da permanência de um património de factores germinais que o mestiçamento em larga escala adulteraria e acabaria por destruir nas suas essenciais características” (CORREIA 1940: 131).

Em relação ao Brasil, manifesta, nesta mesma altura, apoio às posições de Oliveira Vianna, um dos intelectuais brasileiros que havia identificado um processo designado como de arianização, isto é, de progressivo “branqueamento” da população brasileira, operado pela emigração (COSTA e SILVA, 2000: 21). Este ponto de vista, que visava refutar as acusações de inferioridade nacional devido à importância do elemento de cor na população brasileira, consolidou-se durante as décadas de vinte e trinta do século XX (SKIDMORE, 2005: 173). Correia, que já conhecia a obra de Freyre – menciona-a, de passagem, no escrito que estamos a citar – constata, e aprova a idéia, de que a gente de cor não ocupava postos dominantes na sociedade brasileira.

Freyre: a exaltação da mestiçagem

Se Mendes Correia é hoje uma figura olvidada, o mesmo não sucede com Gilberto Freyre. Este gozou do estatuto de uma celebridade mundial, que tem perdurado. Ainda há pouco foi celebrado como um cientista eminente, com analogias com os teóricos pós-coloniais contemporâneos, não se ocultando as críticas à sua perspectiva do Brasil e nomeadamente a sua ênfase na harmonia e no consenso (BURKE & PALHARES-BURKE, 2008: 199, 207). Este filho da classe mais elevada do Recife estudou em várias universidades norte-americanas, onde contactou com a

obra anti-racista de Franz Boas e dos seus discípulos e também com o relativismo cultural que lhe era subjacente. Adquire uma educação cosmopolita nos EUA e na Europa. Em 1922 e 1923 está em Portugal. Em 1930, quando era professor e membro do gabinete do governador do Estado de Pernambuco, a revolução chefiada por Getúlio Vargas leva-o ao exílio, passando novamente por Portugal, onde inicia as pesquisas em fontes portuguesas cujos resultados serão utilizados em *Casa-Grande & Senzala*.

É esta obra, a representação da identidade nacional brasileira que conheceu o maior sucesso – em 2005, se encontrava na sua 50ª edição – que nos interessa aqui, pois *Casa-Grande & Senzala* é também uma representação da identidade nacional portuguesa, que valeu ao autor um caloroso acolhimento pelo Estado Novo português (1933-1974). Mas esta só ocorre a partir do momento em que a ideologia da supremacia branca, cara aos homens do regime, e a hostilidade à mestiçagem são substituídas pela defesa de uma postura não-racista e a favor da assimilação da colonização portuguesa (CASTELO, 1998: 84-101). É oficialmente convidado a visitar Portugal e as colónias, em 1951, momento em que se defronta com opositores da sua interpretação da expansão portuguesa e em que se revela a sua aproximação ao regime e o distanciamento de antigas relações da oposição³. Essa relação está acompanhada pelo desenvolvimento do luso-tropicalismo, ou luso-tropicologia, uma ciência que, na sua perspectiva relativista, capturava as especificidades colocadas à acção humana e ao seu estudo pela ecologia tropical. De acordo com o seu ponto de vista, soluções adequadas ao hemisfério Norte, soluções dos “boreais” (um termo seu para designar europeus e norte-americanos) – da arquitectura, à alimentação, ao vestuário, ao saber médico – não eram as adequadas às condições de vida nos trópicos. Rejeitava assim, por etnocêntrico, o universalismo para ele oriundo da ciência dominante do Norte, anglo-americana, em função de um relativismo herdado da história dos hispânicos e, sobretudo,

dos portugueses, que teriam inventado as casas com varanda para se protegerem do clima, descoberto o valor da rede ameríndia para dormir, dos trajes largos do Oriente para sobreviver ao clima, dos alimentos tropicais e das medicinas orientais. Além disso, os hispanos, e principalmente os portugueses, haviam-se comportado de modo absolutamente distinto, em matéria de contacto com outros povos, dos do Norte da Europa – um Outro com quem sistematicamente os confronta – pois haviam-se miscigenado (FREYRE, 1958; 1971).

O luso-tropicalismo de Gilberto Freyre produzia uma imagem lisonjeira da expansão e do colonialismo portugueses – e do catolicismo, um dos pilares do Estado Novo, pois este não seria favorável à discriminação, como, em sua opinião, o seriam as confissões protestantes – iniciadores de uma civilização híbrida desde o século XV (FREYRE, 1958). Não irei desenvolver este tema aqui, pois já existe obra rigorosa sobre a sua recepção em Portugal (CASTELO, 1998). O mesmo não sucedeu à representação da identidade nacional portuguesa que está subjacente às interpretações de Freyre que surge em diálogo e confronto com representações anteriores à sua obra. A sua representação de Portugal constitui uma refutação dos ataques feitos no Brasil desde finais do século XIX ao legado português (SKIDMORE, 2005: 52). Ela é igualmente uma visão contraposta à de Mendes Correia, que conhecia.

A leitura de Freyre da formação do Brasil contesta as interpretações embebidas de racismo, que explicavam os problemas da sociedade brasileira pelo facto de esta assentar numa população em que se inseriam elementos de raças ditas inferiores, como a ameríndia e a negra, e que ainda por cima tinha como elemento branco preponderante os “inferiores” mediterrâneos representados pelos portugueses, pelos italianos e pelos espanhóis. Além disso, a mestiçagem, de acordo com o paradigma rácico dominante, conduziria à degeneração. Contra tais factores de decadência depositava-se esperança no branqueamento progres-

sivo da população, produzido pelo casamento com brancos (SILVA, 2000: 20-21; SKIDMORE, 2005). Como mostram Skidmore (2005: 112-123, 173-192) e Vianna (2005), Gilberto Freyre não foi o primeiro a questionar estas ideias, mas nenhuma crítica teve o impacto da sua.

É impossível resumir num espaço tão limitado o conteúdo do livro fundamental de Gilberto Freyre. Vamos limitar-nos a algumas ideias centrais. Freyre é um autor racista, entendendo por racismo,

A crença na existência de características transmissíveis por herança possuídas por membros da nossa espécie, que nos permitem dividi-los num conjunto de raças de modo que todos os membros dessas raças partilham certos traços e tendências uns com os outros e não os partilham com membros de qualquer outra raça⁴.

As raças, concebidas como populações identificadas por características fenotípicas, reais ou imaginadas, continuam a ter um papel explicativo. Numa perspectiva abertamente evolucionista, fala em “raça adiantada” para identificar os portugueses e “raça atrasada” para classificar os índios ou os negros. Contudo, se entendermos o racismo, nos termos de George Frederickson, como a combinação entre um sentido de diferença face ao “etnoracial Outro”, expresso em crenças, práticas e instituições, e ligado a uma forte assimetria de poder, que permite tratá-lo de um modo que seria considerado como injusto e cruel se aplicado a um membro do grupo a que se pertence, teremos que o classificar como um anti-racista (FREDERICKSON, 2002: 9). Tal nota-se na apologia que faz do negro – e em menor grau do ameríndio, melhor, da mulher ameríndia – e do papel da mestiçagem e por incluir factores económicos, sociais e culturais na explicação da formação do Brasil. Mas também, o que não tem sido devidamente assinalado, na defesa dos semitas (Judeus e Mouros). Ou seja, Freyre ergue-se simultaneamente contra as duas

formas mais importantes de racismo: a supremacia branca e o anti-semitismo (FREDERICKSON, 2002: 156-157).

Para Gilberto Freyre, o português foi um elemento fundamental na formação do Brasil, em que desempenha um papel estruturante o complexo formado em torno da exploração do açúcar, uma forma de organização económica, social e política escravocrata. Raça e condições de vida e ambiente são componentes fundamentais, pois o sistema da Casa-Grande & Senzala assentou na articulação entre raça e ambiente:

Ao mesmo tempo que imprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à raça atrasada, uma imposição de formas europeias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente [nos trópicos] (FREYRE, 2005: 35).

Não tem pejo em denunciar a violência da relação escravagista, para ele, porém, sempre morigerada pela influência do catolicismo dos senhores e pela miscigenação. No centro deste universo encontra-se a família patriarcal e nela a figura masculina do patriarca. Ora, esses ditos patriarcas, na sequência, aliás, dos primeiros colonos que, ao desembarcarem no Brasil, “escorregaram”, na sua expressão, “em Índia nua”, tomaram como mulheres, concubinas, amantes, companheiras, mulheres ameríndias, negras e mulatas. Foi essa miscigenação que produziu o Brasil, pois permitiu fomentar alianças entre os primeiros povoadores portugueses e os ameríndios, com os primeiros a aumentar o seu séquito com os mestiços seus filhos. Mais tarde, com o sistema de plantação, a miscigenação amplia-se. O papel dos negros (melhor, das negras) nessa mestiçagem, como de resto – e ao contrário dos ameríndios, tidos por “molengos e inconstantes” (FREYRE, 2005: 80) – o papel do homem negro, como força de trabalho, é exaltado.

Não só como força de trabalho, mas como exemplar ideal de humanidade na sua robustez e beleza física, transmitida os mestiços de negro (FREYRE, 2005: 107). A miscigenação produziu muitos mulatos, muitos bastardos – incluindo os filhos dos padres – dos quais afirmou: “quando mestiços resultaram quase sempre da união do melhor elemento masculino – os brancos afidalgados das casas-grandes – com o melhor elemento feminino das Senzalas – as negras e mulatas mais bonitas, mais sadias e mais frescas” (FREYRE, 2005: 536). Esta citação, reveladora, aliás, da presença de perspectivas oriundas da eugenia no seu discurso, permitirá classificá-lo como um “racialista romântico”⁵.

O elemento fundamental que explicava essa miscigenação radicava, para Gilberto Freyre, na composição étnica dos Portugueses. O autor brasileiro retoma explicitamente a ideia de uma origem africana dos povos peninsulares (FREYRE, 2005: 278-281), bem como as ideias acerca da origem dos portugueses do influente intelectual e político português Teófilo Braga. Este não concebeu sempre a composição étnica da população portuguesa do mesmo modo, mas tendeu a ver o povo português como o resultado da fusão dos hispano-romanos ou hispano-godos com populações semitas, cartagineses, árabes, berberes, mouros, enfim – e mesmo judeus. O moçárabe, produto destas uniões, seria a matriz étnica do povo português. A fusão – entre arianos (romanos e godos) e semitas (os outros) – seria, aliás, uma prova de superioridade (SOBRAL, 2004). Gilberto Freyre recupera as posições de Teófilo Braga, valorizando o papel dos semitas em geral – incluindo os judeus (FREYRE, 2005: 285-293). O português já seria mestiço antes de chegar ao Brasil.

Não procuremos neste tipo de afirmações – e em muitas outras – qualquer rigor em matéria de comprovação. Só para dar um exemplo, atente-se que Freyre detecta o dito elemento mouro em indicadores como o ideal da mulher gorda e bonita, o hábito das avós preferirem sentar-se em tapetes e esteiras, o uso

dos azulejos na decoração das casas, o gosto brasileiro pelo cuscuz (FREYRE, 2005: 299).

Há muitas razões que explicam o enorme sucesso que viria a ter esta obra prolixa, que utiliza múltiplas fontes, da sociologia à história, à literatura de viagens, à etnografia, à arquitectura, à culinária. Todavia, o seu impacto não terá vindo propriamente deste recurso original a estes materiais, mas fundamentalmente por constituir uma representação que contestava o arianismo e a defesa da supremacia absoluta do branco, afirmando a importância do elemento negro na formação do Brasil, e, em muito menor grau, do ameríndio: sobretudo da mulher deste. Contra o anti-semitismo extremamente influente no momento da sua publicação – o da época do triunfo do nazismo – proclamava as virtudes semitas. Contra a “pureza” da raça, a mestiçagem. Como escreveu Antonio Candido, estudante universitário na época do lançamento de Casa-Grande & Senzala, só mais tarde se viu quanto havia de “extrapolação e arbítrio na obra”. Na época, ela representou um “choque revelador”, que revolucionou a percepção que os brasileiros tinham do Brasil (CANDIDO, 1993: 83). Pode acrescentar-se que também propunha uma visão específica de Portugal, país colonizador, e dos portugueses, confrontando-se directamente com representações da identidade nacional portuguesa que lhe são anteriores, como referimos.

Esta sua representação da identidade nacional portuguesa conhecerá uma grande influência em Portugal, na sequência da 2ª Guerra Mundial. Afinal, fazia uma apologia global dos portugueses, num contexto de conflito com outras interpretações da nacionalidade brasileira. Freyre era um Lusófilo que se opunha a Lusófobos⁶. Defendia a ideia de o catolicismo ser o cimento da unidade brasileira e portuguesa e de os colonizadores portugueses não terem preocupações de unidade ou pureza de raça (FREYRE, 2005: 91-92) – ao contrário dos anglo-saxónicos e protestantes (FREYRE, 2005: 231). Estes aspectos granjearam-lhe a simpatia do Estado Novo

português, que cresce a partir do momento em que este enfrenta o nacionalismo africano emergente, adopta uma política tímida de promoção de elites coloniais, oculta o racismo e favorece as proclamações oficiais das virtudes da miscigenação. Apesar disso, a recepção do luso-tropicalismo pelo Estado Novo, como já se assinalou, foi acentuadamente selectiva e manipuladora, pois este nunca aceitou todas as suas implicações, como a revalorização dos contributos negros, ameríndios, mouros, semitas, tão patente na obra cimeira de Freyre, ou a ideia de que a comunidade luso-tropical transcendia a soberania portuguesa e poderia sobreviver-lhe (CASTELO, 1998: 139-140). Freyre lamentava, aliás, em 1972, “que o conceito de uma civilização e de uma sociedade transnacionais [sic] que se denominem luso-tropicais” não despertasse maior entusiasmo em Portugal e na África e no Oriente de “formação lusitana” (FREYRE, 1971: 13). Mas as suas ideias sobreviveriam e seriam elogiadas, nomeadamente a defesa do carácter mestiço dos portugueses, e, de um modo geral, o elogio da mestiçagem, por um importante dirigente político africano de visita a Portugal, quando o fim do colonialismo português estava à vista: o então Presidente da República do Senegal, Senghor (1975).

Buarque de Holanda: um essencialismo cultural

O pensamento do terceiro dos autores que abordaremos neste texto, Sérgio Buarque de Holanda, o escritor de *Raízes do Brasil* (1936), livro que o consagrou, não pode ser compreendido sem ser em diálogo com a obra de Freyre e outros autores brasileiros, anteriores ou contemporâneos, empenhados em interpretar o carácter nacional (SILVA, 2000). Natural de São Paulo, teve uma formação intelectual muito influenciada pelo movimento modernista brasileiro, e, como Freyre, a sua obra só é compreensível no contexto do ambiente de análise social e radicalismo intelectual que eclodiu depois da revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder (CANDIDO,

2005). Foi jornalista e estudante em Berlim nos últimos anos da República de Weimar. Contactou aí com a obra de Max Weber, que muito o dirigiu para uma sociologia da compreensão, para a utilização dos “tipos ideais” na análise, para a consciência da importância do patrimonialismo e para a valorização do papel da religião em matéria de organização social e atitudes económicas⁷.

Obra publicada menos de três anos depois de *Casa Grande & Senzala*, de Freyre – que Holanda conhecia pessoalmente desde novo (FRANÇOZO, 2004: 43; VIANNA, 2005) – é bem distinta desta. É de uma grande contenção descritiva face à do primeiro, o que se reflecte no número de páginas. Também a formação disciplinar distingue ambos. Embora Holanda cite alguns antropólogos, a antropologia ocupa nesta obra um lugar periférico, ao contrário do que sucede ao texto de Freyre. E a antropologia mencionada não envolve as amplas referências à antropologia física, racista e muitas vezes racista, influente em finais de Oitocentos com que se confronta Freyre. Também não se revela aqui o conhecimento detalhado de múltiplos autores portugueses, nem a interpelação frequente dos mesmos, que atravessa a obra de Freyre. Mas o que respeitava a Portugal era uma preocupação periférica para o sociólogo e historiador interessado, sobretudo, no Brasil, enquanto em Gilberto Freyre a temática portuguesa parece desde logo desempenhar um papel mais importante. Esta última adquire ainda maior importância a partir do momento em que o escritor nordestino se torna uma figura de algum relevo em Portugal – o que nunca viria a suceder com Holanda, por motivos que se tornam notórios ao examinarmos esta sua obra. Também a trajetória política de ambos os autores é distinta, o que se reflectiria na sua diferente recepção por um regime autoritário, anti-democrático e colonialista como o foi o colonialismo português. A evolução num sentido conservador de Freyre facilitava a sua aceitação oficial em Portugal, enquanto o esquerdismo de Holanda⁸ era um factor que pesava em sentido contrário.

A colonização portuguesa surge para Holanda na matriz explicativa da formação social brasileira. Como escreveu logo no início, “(...) É significativa, em primeiro lugar, a circunstância de termos recebido a herança através de uma nação ibérica” (HOLANDA, 2005: 31). É claramente a principal das “raízes” de um Brasil olhado de modo muito crítico – como atrasado – na década de 1930 (COSTA e SILVA, 2005: 28-30). Embora se fale no ameríndio e no negro, bem como na hibridação cultural, estas temáticas não ocupam neste texto o papel central que possuem no de Freyre, que parece muito mais preocupado em debater a problemática racial. Poderá mesmo dizer-se que, enquanto para o autor pernambucano as sociedades da Europa do Norte e dos EUA são refutadas em função de uma valorização das sociedades tropicais estruturadas pela colonização portuguesa (e ibérica), na obra de Buarque de Holanda elas possuem um papel exactamente contrário: servem de referente a mais das vezes positivo a uma colonização portuguesa criticamente avaliada. De facto, as nações ibéricas nem seriam integralmente europeias, mas zonas de fronteira, uma “região indecisa” entre a Europa e a África (HOLANDA, 2005: 32)⁹.

Liga-se a essa situação periférica a ausência de “orgulho de raça” que caracterizaria os portugueses, como os latinos, mestiços ainda antes de chegarem ao Brasil e próximos, sobretudo, dos muçulmanos do Norte de África (HOLANDA, 2005: 53)¹⁰. Tal não significava que não houvesse discriminação contra gente negra (Idem: 56). Apesar de tender a achar “natural” que os portugueses – que descreve como já mestiços antes – continuassem a misturar-se com outras populações, não deixa de considerar que a mestiçagem, que empresta aos portugueses, constituiu “um notável elemento de fixação ao meio tropical”, que lhes permitiu “construir uma pátria longínqua longe da sua”¹¹. De uma maneira geral, embora ainda um racista – nos termos da caracterização que mencionámos, pois aceita a existência de raças¹² e de comportamentos fixos ligados às mesmas – como quando refere ter a

colonização uma “fisionomia mercantil quase semita” [itálico nosso] (HOLANDA, 2005: 106), não dá a importância explicativa a este factor que lhe confere um Freyre – ou os autores portugueses citados antes. Afirmar peremptoriamente que as características dos povos ibéricos não provêm de qualquer “inelutável fatalidade biológica” (HOLANDA, 2005: 36). Mas pode-se dizer que, de alguma maneira, o lugar do racismo é substituído nas suas páginas por um certo essencialismo cultural, que aponta para um carácter psicológico dos portugueses definido em poucos traços – os que convêm a um tipo ideal – generalizador, inimigo da variedade e desprovido de carácter histórico. Tal é detectável no modo como reduz a história a dois tipos, dotados de uma psicologia atemporal: o aventureiro e o trabalhador. Para o primeiro tipo, audacioso, que ignora fronteiras e “vive dos espaços ilimitados”, o que conta “é colher o fruto sem plantar a árvore”. Foi este tipo que levou a cabo a conquista e a colonização. O segundo, mais consciente das dificuldades, com perspectivas mais restritas, caracteriza-se pelo esforço lento e persistente. Apesar de chamar a atenção de modo weberiano para o facto de estes tipos não possuírem “existência real fora do mundo das ideias” e de haver múltiplas combinações entre ambos, não deixa de identificar os portugueses como aventureiros (HOLANDA, 2005: 44-45).

O português é assim, na sua construção – em que o contraponto diferenciador (e modelar) é representado, como já se disse, pelos povos da Europa protestante do Norte – um aventureiro, que busca no Brasil, como na Índia, uma “riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho” (HOLANDA, 2005: 49). O trabalho era-lhe fornecido pelos escravos. Não fundou, com a lavoura de cana, uma verdadeira civilização agrícola, por tal não coincidir com esse “espírito aventureiro”, por não haver em Portugal população suficiente para exportar para o trabalho da terra e a actividade agrícola não ser prestigiada aí (Idem, *ibidem*). O português desprezava a moral fundada no “culto

ao trabalho” – identificado genericamente com “os povos do Norte” ou “povos protestantes” – e prezava a ociosidade e a contemplação (HOLANDA, 2005: 38). Era individualista, questionando as hierarquias, os privilégios hereditários, cultivava um sentimento de dignidade pessoal que corresponde a uma ética de fidalgos (HOLANDA, 2005: 31-37).

Estas observações de Holanda estribavam-se nas considerações de Weber sobre a articulação entre a ética protestante e o capitalismo e estabeleciam uma diferença entre o “amor às riquezas” – que os ibéricos, como outros, tinham – e a “mentalidade capitalista, assente em virtudes como a honorabilidade a exactidão” (HOLANDA, 2005: 135). Num apontamento que sintetiza bem a sua postura, escreveu:

(...) As qualidades morais que requer naturalmente a vida de negócios distinguem-se das virtudes ideais da classe nobre nisto que respondem, em primeiro lugar, à necessidade de crédito, não à de glória e de fama. São virtudes acima de tudo lucrativas que à honra cavalleiresca e palaciana procuram sobrepor a simples honorabilidade profissional, e aos vínculos pessoais e directos, a crescente racionalização da vida (HOLANDA, 2005: 133).

Portugal e a sua colónia são observados e avaliados pelo prisma das sociedades do Norte – as mais industrializadas, escolarizadas, urbanizadas (e poderosas) – com as quais ambos contrastam. O patriarcalismo, o compadrio e o patrimonialismo da vida brasileira – supremacia dos vínculos familiares, do afectivo e do irracional sobre a organização e a racionalidade, interferência do privado na esfera pública e não a sua descontinuidade – eram herança colonial. O prestígio dos títulos académicos – sobre o trabalho utilitário – eram o legado de um colonizador que buscara ouro e diamantes, tratara o território como uma feitoria – a fixação fizera-se no litoral – não instituíra centros de saber (universidades) e desenvolvera uma sociedade dominada pelos senhores de engenho e assente na escravatura (HOLANDA, 2005:

73-92). Modelos de vida e valores que persistiram para lá do ocaso do poder colonial que moldara a sua génese. Para o Brasil se modernizar, os brasileiros “tinham que deixar de ser portugueses transplantados nos trópicos” e adoptar o modelo americano (COSTA e SILVA, 2000: 30).

Não é difícil perceber porque é que Holanda não parece ter tido grande recepção em Portugal. Apesar de encontrar algum traço positivo na colonização portuguesa, por os portugueses serem amoldáveis (HOLANDA, 2005: 32), de um modo geral via nela a raiz dos males... do Brasil. A própria religiosidade católica era criticada, por não conduzir ao capitalismo, e por ser uma religiosidade de superfície, sendo vista sob o prisma do... protestantismo; a Europa do Norte é ainda e sempre o modelo (HOLANDA, 2005: 150-151). Para não falar de os brasileiros serem herdeiros de traços pouco recomendáveis, como a “pieguice lusitana”, e “uma sentimentalidade lacrimosa”, vinda da “metrópole” e que viera a alastrar numa “sensibilidade feminina, deliquesciente, linfática” (HOLANDA, 2005: 148, 162).

Jorge Dias: mestiçagem, nacionalismo e providencialismo

O último dos autores que tratamos, Jorge Dias, natural do Porto, doutora-se em Etnologia (Volkskunde) em Munique em 1944, pouco antes do colapso do nazismo. Virá a ser a figura principal da antropologia portuguesa até à sua morte, substituindo nesse papel Mendes Correia, cuja influência começa a declinar, bem como a antropologia física que este praticara, por uma antropologia inspirada pela etnologia e pela obra de alguns antropólogos culturais norte-americanos.

Embora doutorado na Alemanha nazista, Dias não atribuirá à raça – nem mesmo na sua dissertação de doutoramento sobre Vilarinho das Furnas (1944) – um papel determinante na explicação do comportamento humano (SOBRAL, 2007: 488-490). Mais tarde, quando a influência da antropologia cultural

norte-americana nos seus textos se amplia, afirmará que não existe qualquer relação entre raça e psicologia (DIAS, 1961: 150). O oposto do que sustentara antes um Mendes Correia – as diferenças entre um e outro já foram devidamente assinaladas (PEREIRA, 1998: 26-27). Jorge Dias é um nacionalista católico e este último aspecto deve ser tido em conta para explicar o seu anti-racismo, e as suas afinidades nesta matéria com grandes nomes da antropologia americana¹³.

Para Dias, a miscigenação seria parte do “carácter nacional”, pois Portugal já era um produto da mistura de diversos povos – Iberos, Celtas, Lusitanos, Romanos, Germanos, Árabes, Berberes e Judeus (DIAS, 1961: 154). Por isso, os portugueses reconheceriam os filhos mestiços e não possuiriam o orgulho e superioridade racial de outros, tratando os escravos como família (seriam incorporados na vivência da família extensa).

O papel da religião católica teria sido capital, pois o catolicismo estaria desprovido do espírito capitalista que Weber associara ao protestantismo (como Sérgio Buarque de Holanda assinalara). Jorge Dias representa a identidade nacional portuguesa como assente na articulação entre a família extensa, o comunitarismo e a miscigenação¹⁴. Escreve:

A composição heterogénea do povo português e a estrutura tradicional e comunitária e patriarcal permitiram-lhe uma perfeita assimilação do espírito cristão da fraternidade, inteiramente coerente, mesmo quando posto à prova em situações de grandes contrastes raciais e culturais (DIAS, 1961: 155).

Por isso, Portugal, não fizera uma expansão como as outras: a “chamada expansão ultramarina portuguesa” distinguia-se dos “movimentos colonizadores das nações capitalistas” (DIAS, 1961: 153).

Embora muito influenciado pela antropologia cultural norte-americana (SOBRAL, 2007) imbuída de um relativismo valorizador das outras culturas, Jorge Dias produz uma narrativa da expansão colonial

portuguesa – o mesmo é dizer, da identidade nacional – dominada por um nacionalismo cristão etnocêntrico, em que Portugal aparece como instrumento da Providência Divina na história da humanidade. Esta última começa com o estágio dos caçadores-recolectores, passa pelo Neolítico, pela agricultura e pela sedentarização, e culmina numa terceira fase, que já não é uma fase de “evolução inconsciente como as anteriores”, mas envolve a emergência de um programa doutrinário: é inaugurada com o nascimento de Cristo, que traz uma mensagem de união para toda a humanidade “sob um símbolo de paz, justiça e amor” (DIAS, 1961:153; 1965-66: 149-175). Os portugueses teriam difundido a mensagem universalista de Cristo através da sua colonização. Esta é uma visão nacionalista, eurocêntrica, que valoriza o cristianismo – e o catolicismo, em particular –, tido como veículo de uma forma superior de humanidade, tudo combinado com uma hostilidade marcada ao Islão, cujos adeptos entende serem adversários dos portugueses (DIAS e GUERREIRO, 1957).

Apesar de Gilberto Freyre (1971: 13) citar Jorge Dias como um dos que apoiava as suas ideias de construção transnacional luso-tropical, verificamos que esta asseveração não correspondia efectivamente às suas posições, pois o centro para ele continuava a ser representado por Portugal. Não há uma exaltação do papel dos mouros ou judeus – o Cristianismo é representado como uma moral superior – nem do dos negros. Faz-se a defesa da mestiçagem, associando-a a uma imagem positiva – e superior – do português e da “sua” religião.

As ideias de Freyre eram, assim, apropriadas selectivamente no que continham de denegação do racismo português, como de resto terá sucedido, em nosso entender, com tópicos de Buarque de Holanda. A atribuição de traços específicos dos portugueses como o desprezo pelo interesse mesquinho, o gosto pelo luxo, a ausência de sentido capitalista, o individualismo – que tornaria os portugueses “um povo difícil de governar” – a importância dada às relações

humanas ecoam tópicos encontrados no discurso deste último (DIAS, 1961: 97-119). Até a “cordialidade” – hospitalidade, generosidade, emotividade rica – retirada da caracterização de Buarque de Holanda do brasileiro como “homem cordial” e inspirada na concepção de *Gemeinschaft* de Tönnies (HOLANDA, 2005: 139-151) – é apropriada como característica portuguesa. Todavia, tal é feito sem que as dimensões negativas da mesma para o autor brasileiro – ausência de distinção entre o público e o privado, ligada ao patrimonialismo – sejam devidamente retidas (DIAS, 1961: 147). As temáticas de Freyre e Holanda eram selectivamente adaptadas a um discurso nacionalista católico, que lhes alterava o sentido que possuíam nos discursos originais, e que estava em sintonia com o do Estado português.

A deslocação ao Norte de Moçambique em finais dos anos 1950 confrontará o antropólogo português com o racismo evidente da população portuguesa “branca” em relação à população africana – cujo terror e hostilidade face aos portugueses assinala –, aos originários do subcontinente indiano e aos mestiços. Escreve, então, a propósito da atitude local face aos mestiços, esse suposto produto de um comportamento singular dos portugueses em matéria de “relações raciais”:

*(...) é certamente índice de recalçamento e de grande descontentamento de uma população que deveria constituir um elo entre a população branca e a negra, como sucedeu no Brasil, mas que se sente aqui relegada para um plano inferior, pela atitude racista da população branca*¹⁵.

Num tom que evidencia o paternalismo condescendente e superior do colonizador, diz dos africanos: “(...) Eles no fundo contentam-se com pouco, estender-lhes a mão e falar-lhes com respeito e simpatia”¹⁶. Insistirá, neste relato ansioso e pessimista – presente a luta anti-colonial que se avizinha – no papel ideal de fraternidade humana representado pelo cristianismo

e na necessidade de, através de uma política de assimilação, “transformar estas dezenas de milhares de pretos em bons cristãos e bons portugueses”¹⁷.

Esta visão da história e da essência portuguesa, que ecoava representações antigas dos portugueses como povo eleito para executar planos da providência divina para cristianizar o mundo (SOBRAL, 2007: 496), tinha todos os ingredientes para ser recebida positivamente no seio do Estado Novo dos anos 50. Num tempo de conflito, em plena época da descolonização, a teorização de Dias revela-se adequada a uma retórica oficial que proclama a unidade entre aquém e além-mar e que postula a existência de um povo português alargado a todos pela assimilação. O discurso da superioridade da raça branca, da hostilidade aos mestiços, do orgulho imperial, hegemónico no tempo de Mendes Correia, saía de cena. Entrara-se na época da representação oficial da expansão como encontro de povos e de culturas (DIAS, 1961: 174).

Conclusão: representações da identidade e nacionalismo oficial português

Quatro autores, quatro representações da identidade nacional portuguesa e dois momentos do nacionalismo oficial português. O primeiro destes, que aqui representámos através dos escritos de Mendes Correia, é marcado por uma grande preocupação com as origens dos portugueses, pela ansiedade em demonstrar que este povo também se integrava plenamente no mundo superior da raça branca e pela defesa da supremacia racial desta no contexto colonial. Num tempo de triunfo racista e de apogeu do imperialismo, no tempo nacionalista das comemorações dos Centenários da “fundação” e “restauração” de Portugal (1940), mostra-se hostil à mestiçagem. O segundo momento é representado pelo aparecimento da obra capital de Gilberto Freyre, que valoriza o contributo de outras “raças” e da mestiçagem, oferecendo uma representação da identidade nacional portuguesa oposta à de Correia e de outros publicistas anteriores.

A obra de Freyre deve a sua aceitação em Portugal ao facto de aparecer como uma apologia histórica da acção portuguesa, cuja utilidade era tanto maior quanto esta era posta então em questão. A obra de Buarque de Holanda aqui examinada data da mesma época. Esta partilha tópicos da narrativa de Freyre e, sobretudo, a referência à ausência de preconceito rácico dos portugueses, que tão importante se tornaria para o Estado Novo no ambiente crescentemente anti-racista pós Segunda Guerra Mundial. Todavia, este sociólogo e historiador não apresentava uma visão apologética da acção dos portugueses, pelo que a sua produção não foi inscrita nas representações do nacionalismo oficial português.

Jorge Dias fez circular e adaptou tópicos das representações de ambos no âmbito de uma narrativa centrada na exaltação do povo português e seus feitos. A sua formulação e a de Freyre puderam ser aceites como representações oficiais do povo e da nação portugueses no contexto anti-racista internacional inaugurado pela derrota dos nacionalismos frontalmente racistas em 1945.

(Recebido para publicação em setembro de 2010.

Aceito em janeiro de 2011)

Notas

- 1 As ideias contidas neste ensaio foram desenvolvidas pela primeira vez, mas de modo mais resumido, num texto anterior que não abordava um dos autores aqui examinados, publicado com o título “Povo, Raça, Nação: representações raciais e não raciais da identidade nacional portuguesa” in José Neves (ed.), *Como se Faz um Povo*, Lisboa, Tinta da China, 2010.
- 2 Günther seria o principal pensador racial sob o nazismo, segundo Josep Llobera (2003: 141). Ver igualmente Klautke (2007: 23-40).
- 3 Nota Biobibliográfica, CG & S, p. 648. Aliás, viria a elogiar Salazar, a quem atribui uma ascendência semita em *Aventura & Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d. (provavelmente de 1953), pp. 105-106, 127 – sem deixar de ter admiração por adversários do Estado Novo como o conhecido

ensaísta António Sérgio e o célebre escritor Aquilino Ribeiro (A & R, p. 149); renega, todavia, o que entende serem os excessos da “interpretação materialista da expansão” (de António Sérgio), em particular da parte de Vitorino Magalhães Godinho (pp. 192-194), um importantíssimo historiador antifascista português, ligado à Escola dos Annales.

- 4 Kwame Anthony Appiah (1990: 4-5). O racismo não é, para este autor, uma doutrina necessariamente perigosa, mas é falsa, e pode ser perigosa como pressuposto de outras doutrinas às quais foi dado o nome de racismo [porque implicam hierarquia].
- 5 A expressão “racismo romântico” foi criada por George Frederickson para designar os abolicionistas norte-americanos do período anterior à Guerra Civil nos EUA, pois estes acreditavam numa diferença intrínseca entre as “raças” em termos de psicologia e temperamento. Como ele assevera, pelo menos alguns destes não aceitavam que houvesse uma inferioridade negra ou qualquer justificação para a instituição da escravatura (Frederickson, op. cit., p. 154), por isso recusa designá-los como racistas.
- 6 Não era o único. Cf. Skidmore, *Black into White*, op. cit., pp. 73-74.
- 7 Assinale-se que (ainda) não tivemos acesso à 1ª edição de *Raízes do Brasil* (1936), pelo que citamos aqui a 2ª (de 1947), corrigida pelo autor e reeditada sucessivamente.
- 8 Maria Amélia Buarque de Holanda, “Apontamentos para a cronologia de Sérgio”, in Sérgio Buarque de Holanda – 100 anos”, in <http://www.unicamp.br/siarq/sbh/>, acesso em 8-7-2010.
- 9 Esse lugar intermediário de Portugal entre a Europa e a África, já era assinalado por Freyre. Ver Bastos (1999: 226).
- 10 Em outra obra, caracterizou o Portugal dos séculos XV-XVI como um “*melting-pot* de raças”. Cf. Françoze (2004:72).
- 11 Não deixa de ser significativo que Holanda tenha deixado no seu texto a referência ao racista Günther, cujas posições parecem ter angustiado Pires de Lima e Mendes Correia, e que afirmara ostentarem os portugueses uma “maior percentagem de sangue negro” do que os espanhóis (Holanda 2005: 53).
- 12 Ainda fala, por exemplo, em “raça dominante” para designar os portugueses (Holanda 2005: 48).
- 13 A crítica ao “preconceito racial” e ao “racismo” vinha-se a desenvolver na sociedade americana – e também na antropologia, em autores que muito influenciaram Dias, como Ruth Benedict, desde os anos 1940. Cf. Frederickson, *Racism...*, op. cit., p. 165 e segs.

- 14 Jorge Dias estudara aldeias nas montanhas do Norte de Portugal, onde parte da vida social era ainda controlada pela população local, que pastoreava gado em conjunto e possuía terrenos de pastagens colectivos. Caracterizou essa realidade como comunitarismo e seleccionou-a em textos mais tardios como especificidade nacional, embora tais práticas fossem raríssimas. Também a família extensa era rara, o que não constituiu obstáculo à sua generalização ao país pelo autor.
- 15 Jorge Dias e Manuel Viegas Guerreiro, *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola)*, Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, 1958, p. 24. A citação é de Jorge Dias. Este relatório, já citado por outros investigadores, está carimbado como “Confidencial”.
- 16 Idem, p. 74.
- 17 Idem, p. 84.

Referências Bibliográficas

- APPIAH, Kwame Anthony (1990). “Racisms”, in David Theo Goldberg (org.), *Anatomy of Racism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- BASTOS, Elide Rugai (1999). “Gilberto Freyre, Casa-grande & senzala”, in Lourenço Dantas Mota (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC.
- BRANDÃO, Raul (1969). *Memórias*. Lisboa: Jornal do Foro.
- BURKE, Peter & PALHARES – BURKE, Maria-Lúcia (2008). *Gilberto Freyre: social science in the tropics*. Oxford: Peter Lang.
- CANDIDO, Antonio (1993). *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CANDIDO, Antonio (2005). “O Significado de Raízes do Brasil” (1967), in Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CASTELO, Cláudia (1998). “O Modo português de estar no mundo”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961. Porto: Edições Afrontamento.
- CORREIA, António A. Mendes (1919). *Raça e nacionalidade*. Porto: Renascença Portuguesa.
- CORREIA, António A. Mendes (1924). *Os povos primitivos da Lusitânia*. Porto: Casa Editora de A. Figueirinhas.
- CORREIA, António A. Mendes (1940), “O mestiçamento nas colónias portuguesas”, in Comissão Executiva dos Centenários (org.), *Congresso do Mundo Português Publicações – XIV volume*, Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso Colonial (IX Congresso), Tomo I. Porto: Imprensa Portuguesa.
- CORREIA, António A. Mendes (1943). *As raças do Império*. Porto: Portucalense Editora.
- COSTA e SILVA, Alberto da (2000). “Quem fomos no século XX: as grandes interpretações do Brasil”, in Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) – a grande transação*. 2ª edição. São Paulo: Editora SENAC.
- DIAS, Jorge & GUERREIRO, Manuel Viegas (1958). *Missão de estudos das minorias étnicas do ultramar Português, Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola)*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar.
- DIAS, Jorge (1961). *Ensaaios etnológicos*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar.
- DIAS, Jorge (1965-66). *Antropologia cultural (Lições dadas ao 1º ano do Curso Complementar pelo Prof. Doutor Jorge Dias)*. Lisboa: Associação Académica do I.S.C.S.P.U.
- FRANÇOZO, Mariana de Campos (2004). *Um outro olhar: a Etnologia Alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/UmOutroOlhar.pdf> (último acesso em 11-11-2010).
- FREDERICKSON, George M. (2002). *Racism: a short history*. Princeton NJ: Princeton University Press.
- FREYRE, Gilberto (2005 [1933]), *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Global.

- FREYRE, Gilberto (s.d.). *Aventura & rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*. Lisboa: Livros do Brasil.
- FREYRE, Gilberto (1958). *Integração portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Ministério do Ultramar.
- FREYRE, Gilberto, *Novo Mundo nos trópicos* (1971). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- HAYES, Carlton J. H. (1963 [1941]). *A generation of materialism 1871-1900*. New York: Harper and Row.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (2005 [1936]). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOLANDA, Maria Amélia Buarque de. “Apontamentos para a cronologia de Sérgio”, in Sérgio Buarque de Holanda – 100 anos”. Disponível em <http://www.unicamp.br/siarq/sbh/> (último acesso em 8-7-2010).
- KLAUTKE, Egbert (2007). “German race psychology and its implementation in Central Europe: Eggon von Eickstedt and Rudolf Hippius”, in Marius Turda e Paul J. Weindling, (orgs.), *Blood and Homeland: Eugenics and Racial Nationalism in Central and Southeast Europe 1900-1940*. New York: Central European Press.
- LIMA, J. A. Pires de (1940). *Mouros, judeus e negros na História de Portugal*. Porto: Livraria Civilização.
- LLOBERA, Josep (2003). *The making of totalitarian thought*. Oxford: Berg.
- MATOS, Patrícia (2006). *As côres do Império – representações raciais no Império Colonial português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MELO, Evaldo Cabral de (2005). “Posfácio: Raízes do Brasil e depois”, in Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PEREIRA, Rui (1998). “Introdução à reedição de 1998”, in Jorge Dias, *Os Macondes de Moçambique*, Vol. I – Aspectos Históricos e Económicos. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses e Instituto de Investigação Científica e Tropical.
- SENGHOR, Léopold Sedar (1975). *Lusitanidade e negritude*. Lisboa: Academia das Ciências.
- SKIDMORE, Thomas E. (2005 [1993]). *Black into white: race and nationality in Brazilian Thought*, Durham e Londres: Duke University Press.
- SILVA, Alberto da Costa e (2000). “Quem fomos no século XX: as grandes interpretações do Brasil”, in Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) – A grande transacção*. 2ª edição. São Paulo: Editora SENAC.
- SOBRAL, José Manuel (2004). “O Norte, o Sul, a raça, a nação – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)”, *Análise Social*, vol. XXXIX, 171, pp. 255-284.
- SOBRAL, José Manuel (2007). “O Outro aqui tão próximo: Jorge Dias e a redescoberta de Portugal pela Antropologia Portuguesa”, *Revista de História das Ideias*, vol. 28, pp. 479-526.
- VIANNA, Hermano (2005). *The mystery of samba: popular music and national identity in Brazil*. Chapel Hill & Londres: The University of North Carolina Press.